

**ATA**

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador André Coelho Lima – Disse que havia sido aprovado em reunião de Câmara realizada a 30 de abril de 2013 a execução das garantias bancárias para a realização das obras das vias de Silvares, questionando o executivo sobre o atraso na ligação da antiga Estrada Nacional 310 à Variante de Creixomil, uma das medidas previstas aquando da realização do projeto de urbanização de Silvares. -----

2 – Vereadora Maria Helena Soeiro – Perguntou sobre o ponto de situação relativamente às providências cautelares interpostas pela Câmara Municipal para tentar travar o anunciado encerramento de três escolas do 1.º ciclo do concelho. -----

3 – Vereador José Manuel Torcato – a) – Recordou as declarações do Delegado Regional de Educação da Região Norte, Aristides Sousa, que, na sequência da manifestação de pais e

autarcas de Gonça contra o anunciado encerramento da escola do 1.º ciclo daquela freguesia, apontou como único argumento o facto de aquela escola constar na Carta Educativa de Guimarães como sendo para encerrar, logo após a conclusão do Centro Escolar de S. Torcato. **b)** – Quis saber qual o ponto de situação da extensão do Museu Alberto Sampaio, na Praça de S. Tiago, perguntando se existe já alguma parceria com a Secretaria de Estado da Cultura tendo em vista a ativação daquele equipamento que considera importante para o desenvolvimento das atividades do referido Museu.-----

4 - Presidente da Câmara – a) – Relativamente à intervenção do Vereador André Coelho Lima disse que a Câmara Municipal ainda não havia executado quaisquer garantias. No que respeita à ligação da rotunda de Mouril ao Pinheiro Manso disse que a Câmara Municipal aguarda a conclusão do processo judicial relativo à expropriação de uma parcela de terreno, que corre termos no Tribunal da Relação de Guimarães e que se encontra na sua fase final. Acrescentou que, na posse da referida parcela de terreno, a Autarquia fará a sua transmissão aos promotores privados para que possam executar a obra, sendo que, na ausência do cumprimento das obrigações inerentes ao contrato de urbanização, o Município tomará as ações necessárias tendentes à sua concretização, ao abrigo das referidas garantias bancárias. No que respeita à beneficiação e ligação da antiga Estrada Nacional 310 à Variante de Creixomil, informou que a sua execução se encontra suspensa porquanto, quer a Estradas de Portugal, quer a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária ainda não se pronunciaram quanto ao respetivo projeto. Por último disse que na próxima reunião de Câmara trará informação adicional, se tal for conveniente; **b)** - Sobre a extensão do Museu Alberto Sampaio,



disse que, embora a Câmara Municipal ainda tivesse a receber uma verba de €250.000 por parte da Secretaria de Estado da Cultura, havia já dado a sua anuência ao Diretor Regional de Cultura do Norte, Dr. António Ponte, bem como ao Vereador da Câmara Municipal com competências na área da Cultura, Dr. José Bastos, para que o edifício fosse utilizado, tendo também disponibilizado mobiliário anteriormente adstrito ao funcionamento dos serviços de apoio à Capital Europeia da Cultura 2012. -----

5 - Vereadora Adelina Pinto - a) - Informou que as providências cautelares para contestar o anunciado encerramento das EB 1 de Souto S. Salvador, Rendufe e Gonça deram ontem entrada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga. **b)** - Sobre a intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro, no que diz respeito às declarações do Diretor-Geral da Direção de Serviços Região Norte, explicou que a Carta Educativa data de 2006 e que muito depois disso, em 2010, foi publicada uma resolução do Conselho de Ministros que determina o fecho das escolas com menos de 21 alunos. Disse, ainda, que a EB1 de Gonça, para o próximo ano letivo, tem 26 alunos inscritos, explicando que a Câmara Municipal solicitou, em devido tempo, o prazo de um ano para rever a Carta Educativa, não compreendendo, por isso, o conteúdo daquelas declarações. Acrescentou, a propósito, que na referida Carta Educativa estava previsto o encerramento de determinadas escolas que a Direção de Serviços da Região Norte não acionou. Por último, disse que, tendo em conta que as variáveis populacionais de natalidade e de mobilidade são cada vez mais imprevisíveis, a Carta Educativa será estruturada numa nova dinâmica digital permitindo mais facilmente fazer alterações. -----

-----**INFORMAÇÃO**-----

O Presidente da Câmara informou que a próxima reunião

descentralizada, que vai realizar-se na Vila de Pevidém, ocorrerá na segunda quinzena de setembro próximo. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2014. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador Ricardo Costa por não ter estado presente na reunião.-----

OBRAS PÚBLICAS – INTERVENÇÃO HIDRÁULICA E PAISAGÍSTICA NA RIBEIRA DE COUROS – S. SEBASTIÃO – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO - Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Intervenção Hidráulica e Paisagística na Ribeira de Couros – S. Sebastião, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €938.879,75 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.4.6.28 do Plano Plurianual de Investimentos. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €938.879,75 + IVA +



IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 90 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Artur Corte Real – Chefe de Divisão de Estudos e Projetos; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Diretor do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Diretora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução.” O caderno de encargos e o programa de concurso dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade a quem foi adjudicada a elaboração do projeto a que respeita a obra. --**

FREGUESIAS – RETIFICAÇÃO DA MENÇÃO DAS OBRAS CONSTANTES DO MAPA DE REPARTIÇÃO DE APOIOS A CONCEDER ÀS FREGUESIAS, NOMEADAMENTE À UNIÃO DAS FRGUESIAS DE ABAÇÃO E GÉMEOS E UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SERZEDO E CALVOS – Presente a seguinte proposta: “Em sua sessão realizada em 9 de junho de 2014 a

Assembleia Municipal deliberou sancionar a deliberação tomada pela Câmara Municipal em sua reunião de 29 de maio de 2014, aprovando a concessão de apoios municipais às freguesias, a minuta do respetivo Contrato de Atribuição de Subsídio, bem como o mapa de repartição de apoios a conceder naquele âmbito, com menção das obras a que se destinam e ainda a transferência das correspondentes verbas, nos termos e fundamentos constantes da respetiva proposta que aqui se dá por reproduzida. Acontece, porém, que se verificou haver um lapso na identificação das obras relativamente à União das Freguesias de Abação e Gémeos e à União das Freguesias de Serzedo e Calvos. Deste modo, importa retificar aquela deliberação unicamente quanto à identificação daquelas obras, pelo que no que diz respeito à União das Freguesias de Abação e Gémeos, onde se lê “requalificação do campo de jogos”, deve ler-se “aquisição de terreno e projeto da capela mortuária (Gémeos)”, sendo que relativamente à União das Freguesias de Serzedo e Calvos, onde se lê “pavimentação da rua Padre José Ribeiro Dias”, deve ler-se “construção de muro de suporte de terras e alargamento da rua Padre José Ribeiro Dias”.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PROTOCOLOS - ADESÃO À REDE PATRIMÓNIO MUNDIAL

PORTUGAL – Presente a seguinte proposta do Vereador José Bastos: “Os sítios classificados Património Mundial pela Unesco têm um valor universal excecional, sendo reconhecidos internacionalmente como detentores de bens inestimáveis e insubstituíveis. A perda, por degradação ou desaparecimento, de qualquer desses bens eminentemente preciosos constitui um empobrecimento do património de todos os povos do mundo. Um bem inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO acarreta



também uma enorme responsabilidade em relação à preservação e gestão para as gerações futuras. É preciso cuidar e preservar, tendo sempre como premissas a excelência, a qualidade e a durabilidade desse bem, mantendo inalterável nas suas características, fazendo perdurar no tempo. A cooperação e união entre sítios classificados, através de debate de ideias, de conhecimentos e de discussão de interesses mútuos, bem como a promoção de atividades que difundam esse património constituem mais-valias e formas de dinamização dos Sítios, contribuindo para melhores condições técnicas de preservação e divulgação, permitindo a manutenção desse Estatuto e desenvolvimento social e económico. Partilhar experiências e saberes adquiridos ao longo dos últimos anos na gestão de bens tão diferentes e apelar à inteligência coletiva, à coordenação da ação no sentido de assegurar a participação ativa e construtiva é o que move os Gestores de Bens Patrimoniais à criação da REDE PATRIMÓNIO MUNDIAL de PORTUGAL, sendo os parceiros para esse acordo: Alto Douro Vinhateiro, Centro Histórico de Angra do Heroísmo, Centro Histórico de Évora, Centro Histórico de Guimarães, Centro Histórico do Porto, Cidade-Quartel Fronteiriça de Elvas e suas Fortificações, Convento de Cristo em Tomar, Floresta Laurissilva da Madeira, Mosteiro de Alcobaça, Mosteiro da Batalha, Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, Paisagem Cultural de Sintra, Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, Sítio de Arte Rupestre Pré-histórica do Vale do Côa e Universidade de Coimbra. Em face do interesse inequívoco de que se reveste a participação de Guimarães, com a sua área classificada, nesta Rede, remeto para aprovação o protocolo anexo, que consubstancia os objetivos, âmbito e programa de ação.” O Acordo de Cooperação dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PROTOCOLOS - PROTOCOLO DE PARCERIA COM O CENTRO SOCIAL DA IRMANDADE DE S. TORCATO PARA A CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CUIDADOS PALIATIVOS DE ÂMBITO DE ATUAÇÃO DOMICILIÁRIA – Presente a seguinte informação da

Chefe da Divisão de Ação Social: "O Centro Social da Irmandade de S. Torcato, em parceria com o ACES do Alto Ave e o Centro Hospitalar do Alto Ave, propõem-se criar no Concelho de Guimarães, Unidades de Cuidados Paliativos no âmbito de atuação domiciliária, destinada a pessoas com doenças crónicas, progressivas e incuráveis e com apoio às respetivas famílias. Para o efeito, foi solicitado à Câmara Municipal que se associe como entidade parceira, competindo-lhe o seguinte: – Proporcionar o envolvimento da Rede Social e respetivas Comissões Sociais Interfreguesias na divulgação e informação do projeto, bem como o Programa Guimarães 65 +; Efetuar avaliações socioeconómicas para eventuais apoios aos doentes e famílias; – Apoio logístico sempre que necessário para formação técnica de cuidadores formais e informais. Dado o interesse social deste projeto que responde a problemas decorrentes de doença prolongada e que procura encontrar apoios ao sofrimento e à criação de bem-estar junto dos doentes e das suas famílias, considera-se importante apoiar o seu desenvolvimento, nos termos propostos." O Protocolo de Parceria dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO COM A DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE - UTILIZAÇÃO DO PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA – Presente a seguinte proposta do Vereador José

Bastos: "A Câmara Municipal de Guimarães utiliza regularmente,



desde 1991, vários espaços do Paço dos Duques de Bragança, designadamente: - com carácter permanente, as salas afetas à exposição da Doação de José de Guimarães; - com carácter regular, a designada "sala de concertos", na qual a Câmara Municipal promove espetáculos de música ou teatro, conferências ou reuniões; - com carácter esporádico, o Salão Nobre ou o claustro. A utilização daqueles espaços tem-se revelado muito vantajosa, quer para a Câmara Municipal, dada a prerrogativa de poder programar alguns eventos em salas com condições e enquadramento arquitetónico ímpares, quer para os públicos de tais eventos, que podem usufruir da atmosfera única que o Paço dos Duques empresta às atividades ali programadas. O balanço desta parceria é, pois, muito positivo, destacando-se ainda a excelente colaboração que as sucessivas direções do Paço dos Duques, bem como os seus funcionários, sempre prestam às diversas iniciativas. Assim, atendendo que a recente afetação da gestão do Paço dos Duques de Bragança à Direção Regional de Cultura do Norte implicaria o estabelecimento de um novo protocolo, e considerando o interesse em continuarmos a contar com a possibilidade de utilização do Paço dos Duques de Bragança para os efeitos atrás identificados, proponho, nos termos da alínea r) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a aprovação do protocolo com a Direção Regional de Cultura do Norte cuja minuta se anexa, que fixa as condições em que a Câmara Municipal continuará a utilizar as instalações do Paço dos Duques de Bragança pelo período de cinco anos, renováveis por iguais períodos." O referido Protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

REGULAMENTOS - NOVO REGULAMENTO DO PARQUE DE CAMPISMO DA PENHA - ALTERAÇÃO

– Presente a seguinte proposta do Vereador José Bastos: “Atendendo às regras que devemos observar na relação com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, torna-se necessário proceder a uma alteração no Regulamento do Parque de Campismo da Penha recentemente aprovado. Assim, propõe-se que a alínea e) do Artº 8º passe a ter a seguinte redação: **“Artº 8º - (Requisitos para a inscrição e admissão de campistas) - a)....; b)....; c)....; d)....; e) Sempre que os campistas constituam um grupo, será bastante a inscrição do responsável pelo grupo, desde que acompanhada de lista identificativa dos restantes elementos, com menção dos respetivos nomes, número de documento de identificação, data e local de nascimento”.** O Novo Regulamento do Parque de Campismo da Penha dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR**

SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONCURSO PÚBLICO N.º 13-14: SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO

– **ANO CIVIL 2015** - Presente a seguinte informação do Departamento Financeiro: “Submete-se para aprovação superior, o pedido de parecer prévio, o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos seguintes termos: **Objeto:** Aquisição de serviços – Seguro de acidentes de trabalho – Ano civil 2015. **Preço base:** €121.782,32 (Isento de IVA). **Classificação económica:** 01030901. **Procedimento:** Propõe-se a adoção do concurso público, previsto



na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. **Júri:** **Efetivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; **Vogais:** - Elsa Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica, em regime de substituição; - Inês Ribeiro, Chefe da Divisão de Recursos Humanos, em regime de substituição; **Vogais Suplentes:** - Sónia Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos; - Luísa Vilaça, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Elsa Cordeiro de Almeida. **Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso.** À consideração superior.” O pedido de parecer prévio, o programa de concurso e o caderno de encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – SEGURO AUTOMÓVEL DE FROTA – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO E REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente a seguinte informação do Chefe da Divisão de Trânsito e Espaço Público: “**1. Objeto:** Pretende-se proceder à contratação de seguro automóvel obrigatório para a frota do Município de Guimarães. **2. Considerando:** A atividade de seguro só pode ser desempenhada por companhias autorizadas pelo Instituto de Seguros de Portugal, pelo que a contratação do seguro automóvel obrigatório, no caso em apólice única, garante a Responsabilidade Civil resultante da circulação automóvel obrigatória, nos termos do Decreto de Lei 291/07, de 21 de Agosto, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 153/2008, de 6 de Agosto, com inclusão

de coberturas facultativas. Não pode assim, na autarquia, recorrer a nenhum trabalhador do quadro para fazer este serviço, tendo, obrigatoriamente, que contratar o serviço a uma Companhia de Seguros. Trata-se, pois, de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a contratação de seguro automóvel para a totalidade da frota do Município de Guimarães, em apólice única, que garanta a Responsabilidade Civil resultante da circulação automóvel obrigatória, com um prazo contratual de 36 meses a contar de 1 de Janeiro de 2015. b) A despesa estima-se em €115.500,00, isento de IVA, nos termos do artigo 9º do Código do IVA. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 05.020212, correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, com consulta a mais do que três entidades, no regime geral previsto na alínea a) do n.º1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos. **4. Repartição de encargos:** Submete-se ainda a aprovação a autorização para a assunção de compromisso plurianual com o procedimento, num valor estimado de €115.500,00, de acordo com a seguinte tabela de repartição: -----

ANO	2015	2016	2017
VALOR ESTIMADO(€)	38.500,00	38.500,0 0	38.500,0 0



DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - FORNECIMENTO CONTINUADO DE GÁS PROPANO (GARRAFAS DE 45 KG) –

TRIÉNIO 2015/2017 - Presente a seguinte informação do

Departamento Financeiro: "Submete-se para aprovação superior, o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, a repartição de encargos e a abertura do presente procedimento, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos seguintes termos: **Objeto:** Aquisição de bens – Fornecimento continuado de gás propano (garrafas de 45 kg) – Triénio 2015/2017. **Preço base:** €117.888,00 + IVA (23%).

Repartição de encargos: - Ano 2015: €39.296,00 + IVA; - Ano 2016: €39.296,00 + IVA; - Ano 2017: €39.296,00 + IVA.

Classificação económica: 02010299. **Procedimento:** Propõe-se a adoção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:**

Município de Guimarães. **Júri: Efetivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; **Vogais:** - Elsa Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica, em regime de substituição; - Clara Soares, Técnica Superior; **Vogais**

Suplentes: - Sónia Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos; - Laura Paço Quesado, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida. **Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados**

no Júri do concurso. À consideração superior." O Programa de Concurso e o Caderno de Encargos dão-se aqui por reproduzidos e

ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - FORNECIMENTO CONTÍNUO DE GÁS PROPANO A GRANEL – TRIÉNIO 2015-

2017 – Presente a seguinte informação do Departamento Financeiro: “Nos termos da alínea a), n.º 7, artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, este procedimento não carece de pedido de parecer prévio e aplicação da redução remuneratória. Submete-se para aprovação superior, o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, a repartição de encargos e a abertura do presente procedimento, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos seguintes termos:

Objeto: Aquisição de serviços – Fornecimento contínuo de gás propano a granel – Triénio 2015/2017; **Preço base:** €566.457,00 + IVA (23%); **Repartição de encargos:** - Ano 2015: €188.819,00 + IVA; - Ano 2016: €188.819,00 + IVA; - Ano 2017: €188.819,00 + IVA. **Classificação económica:** 02010299.

Procedimento: Propõe-se a adoção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade**

competente para adjudicar: Município de Guimarães. **Júri:**

Efetivos: Presidente – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; **Vogais:** - Elsa Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica, em regime de substituição; - Clara Soares, Técnica Superior; **Vogais Suplentes:** - Sónia Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos; - Laura Paço Quesado, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela



Vogal efetiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida. **Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso.** À consideração superior.” O Programa de Concurso e o Caderno de Encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - FORNECIMENTO CONTINUADO DE GÁS NATURAL – TRIÉNIO 2015/2017 –

Presente a seguinte informação do Departamento Financeiro: “Nos termos da alínea a), n.º 7, artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, este procedimento não carece de pedido de parecer prévio e aplicação da redução remuneratória. Submete-se para aprovação superior, o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, a repartição de encargos e a abertura do presente procedimento, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos seguintes termos: **Objeto:** Aquisição de serviços – Fornecimento continuado de gás natural – Triénio 2015/2017. **Preço base:** €251.464,41 + IVA (23%). **Repartição de encargos:** - Ano 2015: €83.759,80 + IVA; - Ano 2016: €83.944,81 + IVA; - Ano 2017: €83.759,80 + IVA. **Classificação económica:** 020201. **Procedimento:** Propõe-se a adoção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. **Júri: Efetivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; **Vogais:** - Elsa Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica, em regime de substituição; - Clara Soares, Técnica Superior; **Vogais**

Suplentes: - Sónia Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos; - Laura Paço Quesado, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida. **Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso.** À consideração superior.” O Programa de Concurso e o Caderno de Encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A IMPORTAÇÃO DO CATÁLOGO DE LIVROS DO ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA E DA BIBLIOTECA MUNICIPAL RAÚL BRANDÃO PARA A PLATAFORMA LIBWARE GIB

– Presente a seguinte informação: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços para a importação do catálogo de livros do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta e da Biblioteca Municipal Raúl Brandão para a plataforma Libware gib. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados na plataforma Libware gib; Não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso à Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), em virtude de se tratar de serviços relacionados com software protegido por direitos exclusivos (plataforma Libware gib); Trata-se de realização de trabalho não subordinado. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara



Municipal autorize a celebração de contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato consiste na aquisição de serviços para a importação do catálogo de livros do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta e da Biblioteca Municipal Raúl Brandão para a plataforma Libware gib, propriedade da empresa Libware - Tecnologias de Informação e Documentação. b) A despesa anual estima-se em €71.975,00, sendo €22.500 referentes à componente de software e €49.475,00 referente à componente de serviços. Aos valores acresce IVA à taxa legal em vigor. c) Está assegurada uma comparticipação de 85% pela candidatura NORTE-07-0666-FEDER-000034 - Digitalização: Um processo de acessibilidades. d) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 1.1.1.06 - Modernização Administrativa (software) e 12 - 02.02.20 (Serviços especializados), correspondente ao ano de 2014. e) O procedimento de formação do contrato será mediante ajuste direto à Libware - Tecnologias de Informação e Documentação, ao abrigo da alínea e), do nº 1, do art.º 24º Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, porquanto esta entidade detém direitos exclusivos sobre aquela aplicação informática. f) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. À consideração superior." **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira, André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo Pereira. Votou contra o Vereador José

Torcato Ribeiro. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – REALIZAÇÃO DE SONDAGENS ARQUEOLÓGICAS NO RECINTO DESTINADO AO DENOMINADO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DE CAMÕES

– Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Estudos e Projetos, em regime de substituição: **“Objeto:** Realização de um procedimento para contratualização de sondagens arqueológicas no recinto destinado ao denominado parque de estacionamento de Camões. **2. Considerando:** A informação técnica prestada pela Divisão do Centro Histórico, em anexo, que justifica a presente proposta de pedido de parecer prévio. Que a execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimento e formação especializados e experiência em arqueologia e construção civil que a intervenção perspectivada coloca. Que, de acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos, não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal, à base do INA (informação anexa), nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Que se trata da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4, 5 e 11 do art.º 75.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços referente à realização da sondagem arqueológica na freguesia de S. Sebastião, recinto do denominado parque de estacionamento de camões: a) O objeto do contrato é a realização de uma sondagem de arqueologia referente à intervenção a concretizar no interior do



quarteirão da Rua de Camões, Rua da Caldeiroa, Rua da Liberdade. Encontrando-se perspetivada a requalificação do interior do quarteirão prevendo-se a instalação de um parque de estacionamento (com várias infraestruturas de apoio). Dada a sensibilidade do local aferida pela Divisão do Centro Histórico e bem assim, dada a sua localização face à ribeira de Couros, torna-se necessário averiguar a existência de património arqueológico no solo para a devida consideração no projeto. b) A despesa total estima-se em €6.850,00 (seis mil, oitocentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.4.2.07, correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um ajuste direto com consulta a três empresas nos termos da alínea a) do n.º 1, do art.º 20.º do decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos; e) Finalmente, informa-se que caso aplicável, o preço base deste procedimento terá de refletir a redução remuneratória prevista no art.º 33.º, aplicável por força do art.º 73.º, ambos da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro, diploma que aprovou a Lei do Orçamento de Estado para 2014.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS COLORIS – Presente a seguinte informação: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços para a conceção e realização de um projeto de intervenção urbana, no período Julho-Agosto de 2014, com recurso à tecnologia de projeção multimédia designada por “video-mapping”. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados na área da projeção

multimédia; Não foi solicitada informação à Divisão de Recursos Humanos nem consultada a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), uma vez que a execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos, formação especializada e experiência em ambientação cenográfica urbana, bem como todo o equipamento indispensável à projeção multimédia em “vídeo-mapping” e respetiva operação, não se enquadrando, por isso, em qualquer situação passível de recurso ao quadro de pessoal, a recrutamento ou a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; Trata-se de realização de trabalho não subordinado. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a aquisição de serviços para a conceção de um projeto de intervenção urbana, no período julho-agosto. b) A despesa estima-se em €14.355,25, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.5.1. 1909. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 24º do Código dos Contratos Públicos, contratando-se a entidade DUB VIDEO CONNECTIONS, cujo percurso nesta área artística em Guimarães e noutros locais do País assegura à partida a qualidade artística e técnica pretendidas. e) Não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao



2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) A entidade a contratar tem regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PROJETO DE REABILITAÇÃO E RECONVERSÃO FUNCIONAL DO TEATRO JORDÃO – REVOGAÇÃO DE CONTRATO

– Presente a seguinte proposta do Vereador José Bastos: “Em resultado do Concurso Público nº 151/2011 foi assinado, em 15/03/2012, o contrato com a empresa Miguel Guedes, Arquiteto Lda., tendo em vista a aquisição do projeto designado por “Reabilitação e Reversão Funcional do Teatro Jordão”, tendo como preço contratual €299.990,00. Acresce que, recentemente, a Câmara Municipal chegou ao termo das negociações com os proprietários da Garagem Avenida, cuja aquisição já está concretizada. Contíguo ao Teatro Jordão, o edifício designado como Garagem Avenida foi adquirido com a intenção de formar um conjunto funcional com o Teatro Jordão, assim permitindo a instalação de outros serviços e funcionalidades e a reconfiguração global da solução entretanto preconizada para o Teatro. De facto: - a Garagem Avenida acrescenta 1.364,00 m² de área de construção aos 6.022 m² disponíveis no Teatro Jordão, implicando assim um aumento de 22,6% na área de intervenção objeto do referido contrato; - a disponibilidade deste novo espaço permitirá acrescentar outras valências às duas valências identificadas no referido concurso público; - a disponibilidade deste novo espaço poderá igualmente permitir, senão mesmo aconselhar, uma reconfiguração global do projeto, através de um novo alocamento da área disponível às funções a instalar. Nestas circunstâncias, e considerando: - que o objeto do contrato inicial foi substancialmente alterado; - que,

como forma de assegurar a coerência global do projeto e a sua total adequação às funções a integrar nos edifícios, seria de todo em todo aconselhável proceder-se à elaboração de um novo projeto que considerasse toda a área agora disponível e as novas valências a identificar. Foi solicitado parecer à Divisão Jurídica quanto à viabilidade de sequência do contrato referido e, caso tal não fosse possível ou aconselhável, quanto aos efeitos jurídico-financeiros das alternativas existentes no quadro legal aplicável a este caso (**doc. 1**). Em face deste parecer foi comunicado à empresa Miguel Guedes, Arquiteto Lda. a intenção desta Câmara Municipal de rescindir o contrato com a empresa, nos termos dos fundamentos supra expostos. A empresa veio, então, solicitar o pagamento de uma indemnização correspondente ao valor dos trabalhos já realizados nos termos do contrato celebrado. Nos termos do contrato celebrado em 15/03/2012, o pagamento do valor do contrato seria faseado da seguinte forma: a) 10% do valor da adjudicação, no valor de €29.999,00 (vinte e nove mil novecentos e noventa e nove euros) + IVA, após assinatura do presente contrato. b) 20% do valor da adjudicação, no montante de €59.998,00 (cinquenta e nove mil novecentos e noventa e oito euros) + IVA, após aprovação do estudo prévio. Dos valores supra transcritos está em falta, neste momento, o valor de €59.998,00 + IVA, valor que a empresa aceita como justo pela rescisão do contrato, declarando, em consequência deste pagamento, nada mais ter a receber do Município de Guimarães por conta deste contrato. Em face do supra exposto proponho, nos termos no art.º 331.º do Código dos Contratos Públicos, a revogação do contrato com a empresa Miguel Guedes, Arquiteto Lda., mediante o pagamento de uma indemnização no valor de €59.998,00 + IVA, valor que corresponde aos trabalhos realizados. Junta-se, em



anexo, a minuta de contrato de revogação a celebrar com a empresa (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo Pereira. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da proposta de revogação do contrato para a elaboração do projeto de reabilitação e reconversão funcional do antigo Teatro Jordão, face às alterações que terão de ser introduzidas no novo projeto que passará a abranger o conjunto do edifício do Teatro Jordão e da, mais recentemente adquirida, Garagem Avenida, e a ampliação das funções a instalar nesse espaço que passará a integrar o Curso Superior de Belas Artes da Universidade do Minho, para além das anteriormente previstas: Curso Superior de Artes Performativas da UM, instalações da Academia de Música Valentim Moreira de Sá, espaço para ensaios e atuações de Bandas de Garagem. A profundidade das alterações do novo programa não é compatível com as condições em que foi concursado o projeto anterior, pelo que foi necessário acordar com o gabinete, a quem tinha sido atribuído, a sua rescisão. O acordo encontrado satisfaz totalmente os interesses do Município, dado só haver a pagar os trabalhos realizados sem qualquer contrapartida pela não conclusão do projeto adjudicado. A amplitude da área que será alvo de novo procedimento concursal tem como objetivo

a conclusão da edificação do Campus de Couros instalando um requalificado bairro artístico e patrimonial com integração, através de ligações pedonais, do Centro Cultural Vila Flor, e possibilitando uma reabilitação da Avenida Afonso Henriques onde se localizam as fachadas principais dos dois imóveis: Teatro Jordão e Garagem Avenida. O programa a instalar no antigo edifício do Teatro Jordão terá de considerar a importância do património alvo da intervenção, garantindo o essencial da arquitetura interior daquela antiga sala de espetáculos, e contemplar a nova função de escola, quer superior quer dos níveis básico e secundário da Academia de Música Valentim Moreira de Sá. Há que, com clareza, esclarecer que esse programa funcional é a criação de uma escola, preservando espaços de atuação artística na sua componente de formação e não de apresentação de espetáculos. Estamos totalmente convictos que será possível compatibilizar o valor patrimonial e afetivo que tem para os vimaranenses o Teatro Jordão com a nova função a que será destinado. Foi com esse sentido que votamos a presente proposta.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo Pereira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores da coligação PSD/CDS-PP abstiveram-se na votação da proposta de revogação de contrato com a empresa Miguel Guedes, Arquiteto Lda., tendo em vista a aquisição do projeto designado por “Reabilitação e Reconversão Funcional do Teatro Jordão”. A aprovação desta proposta implica um custo para a autarquia de aproximadamente 120 mil euros, considerando valores já pagos e a indemnização prevista. Em resultado da aquisição da Garagem Avenida e com a intenção de formar um conjunto funcional com o Teatro Jordão, esta proposta é justificada pelo aumento na área de intervenção



objeto de referido contrato e pela necessidade de assegurar a coerência global do projeto considerando toda a área. Contudo, não podemos deixar de registar que, desde início, existe uma grande indefinição em torno do programa funcional do Teatro Jordão e da zona envolvente e é essa indefinição que leva a que, agora, estejamos confrontados com esta rescisão e que vai implicar esta indemnização. Não podemos deixar de referir e lamentar que este custo para o município seria, porventura, dispensável se, desde o início, houvesse uma definição clara daquilo que se pretendia para o Teatro Jordão e zona envolvente.”

PATRIMÓNIO - COMODATO - EB1 DE CAMPELOS, FREGUESIA DE PONTE – Presente a seguinte informação dos Serviços da Divisão de Património Municipal: “Com a construção do Centro Escolar de Ponte, a antiga Escola EB1 de Campelos, da freguesia de Ponte, ficou sem utilização e devolutas as suas instalações. Consultado o Agrupamento de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso, onde se integrava o referido estabelecimento escolar, este não mostrou conveniência no seu uso. A Junta de Freguesia de Ponte manifestou o seu interesse na utilização de parte daquele edifício, a fim de desenvolver um projeto de carácter social e local vocacionado essencialmente para os moradores da zona de Campelos. Por outro lado, o Clube Operário de Campelos e o Centro Popular de Trabalhadores de Ponte, solicitam também uma sala do mesmo prédio, com vista à instalação das respetivas sedes sociais. Considerando que o edifício dispõe de espaços que podem ser utilizados autonomamente por cada uma das entidades interessadas e que a Divisão de Educação informa não haver qualquer inconveniente na utilização do imóvel pelas referidas entidades, submete-se à consideração superior a sua cedência em regime de comodato. Em caso de concordância superior, e nos

termos da alínea o), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deverá ser submetida a deliberação de Câmara a cedência, à Freguesia de Ponte, ao Clube Operário de Campelos e ao Centro Popular de Trabalhadores de Ponte, do antigo edifício do 1º ciclo do ensino básico de Campelos, da freguesia de Ponte, descrito na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães sob o nº 2533/11102004 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1526, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de todas as partes. À consideração superior.” A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO - COMODATO - LOJA SITA NA RUA DA PEDREIRA, Nº 120, FREGUESIA DE AZURÉM - ASSOCIAÇÃO DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE DE GUIMARÃES -

Presente a seguinte informação dos Serviços da Divisão de Património Municipal: “Em sua reunião realizada em 20 de novembro de 2008 a Câmara Municipal deliberou ceder, em regime de comodato, a fração autónoma designada pelas letras “AD” do empreendimento social de Azurém, constituído por uma loja sita na rua da Pedreira, nº 70, à Associação de Dadores Benévolos de Sangue, destinada à instalação da sua sede. Vem agora aquela Associação solicitar também a cedência da fração autónoma “AC”, do mesmo prédio, que compreende a loja com o nº 120, dado que as atuais instalações, que vêm sendo utilizadas como posto-fixado de recolhas de sangue e de registo de dadores de medula óssea, se tornam exíguas e sem as condições necessárias ao acolhimento do elevado número de pessoas que acedem ao



local para fazer as suas doações. A referida fração “AC” está sob gestão da CASFIG – EEM que usa o espaço para guarda de ferramentas e materiais necessários à manutenção das habitações e jardins dos empreendimentos de habitação social que se encontram sob sua administração. Contudo, atendendo ao trabalho voluntário, altruísta e solidário que a Associação de Dadores de Sangue tem inegavelmente desenvolvido, a CASFIG – EEM aceitou prescindir daquelas instalações em contrapartida à utilização de parte do armazém afeto ao Serviço de Aprovisionamento desta Câmara, sito na rua Fernando Pessoa, na freguesia de Fermentões. Deste modo, submete-se à consideração superior a cedência da referida fração autónoma “AC” à Associação de Dadores Benévolos de Sangue, para ampliação do posto fixo de recolha de sangue e registo de doações de medula óssea, cessando assim a gestão cometida à CASFIG – EEM. Em caso de aceitação superior, deverá o assunto ser submetido à Câmara ao abrigo da alínea o), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para aprovar a cedência da loja situada na rua da Pedreira, nº 120, da freguesia de Azurém, que constitui a fração autónoma “AC” do prédio descrito na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães sob o nº 878/19961125-AC e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 2168-AC, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. Deverá igualmente ser deliberado cessar a gestão da identificada fração “AC” por parte da CASFIG – EEM. À consideração superior.” A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**RECURSOS HUMANOS - PROCEDIMENTO CONCURSAL -
TÉCNICOS SUPERIORES - RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE RECRUTAMENTO AO EXTERIOR** –

Presente a seguinte proposta: "Em reunião realizada a 28 de fevereiro de 2014, a Assembleia Municipal deliberou aprovar a abertura de procedimento concursal para recrutamento excecional de dois técnicos superiores, um licenciado em Administração Pública e outro em Engenharia Mecânica, ao abrigo do disposto no artigo 64.º da Lei do Orçamento de Estado para 2014. Este procedimento veio a ser publicitado por aviso publicado em Diário da República a 22 de abril de 2014, encontrando-se a decorrer a aplicação dos métodos de seleção. Estabelece-se naquele artigo 64.º que a homologação da lista de classificação final deve ocorrer no prazo de seis meses contados da data da deliberação de autorização, sem prejuízo da respetiva renovação, desde que devidamente fundamentada. Encontram-se reunidos os pressupostos de que a lei faz depender o recrutamento excecional de candidatos não vinculados à administração pública, designadamente: a) Mantém-se a imprescindibilidade do recrutamento para assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público estabelecidas, ponderada a carência dos recursos humanos verificada no momento da abertura do procedimento. b) Tem-se registado uma redução significativa dos recursos humanos da autarquia, decorrente, em especial, da concretização, no corrente ano de 2014, das aposentações antecipadas solicitadas em 2012. c) Encontram-se cumpridas as medidas de redução de trabalhadores impostas pela Lei do Orçamento de Estado. d) Consultada a entidade gestora do pessoal em requalificação, foi obtida a informação de inexistência de pessoal com o perfil adequado. e) O Município de Guimarães tem cumprido



integralmente os deveres de informação previstos na Lei das Finanças Locais e na Lei n.º 57/2011. f) Os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos no orçamento da autarquia. Os procedimentos concursais encontram-se em fase de aplicação dos métodos de seleção, tendo sido já efetuada a prova de conhecimentos. Há ainda que proceder à aplicação de mais um método de seleção obrigatório – a avaliação psicológica – e do método facultativo indicado, a entrevista profissional de seleção. Atendendo à necessidade de consulta obrigatória a entidade externas para aplicação da avaliação psicológica, bem como aos prazos necessários à garantia dos direitos dos candidatos, poderá não ser exequível que a homologação das listas de classificação final ocorra dentro do prazo de seis meses contados da data da deliberação de autorização. Nestes termos, propõe-se seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a renovação da autorização concedida na referida reunião de 28 de fevereiro de 2014 para o recrutamento excecional de candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de um técnico superior licenciado em Administração Pública e de um técnico superior licenciado em Engenharia Mecânica.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

RECURSOS HUMANOS – PROCEDIMENTO CONCURSAL - ASSISTENTES OPERACIONAIS - RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE RECRUTAMENTO AO EXTERIOR – Presente a seguinte proposta: “Em reunião realizada a 21 de novembro de 2013, a Assembleia Municipal deliberou aprovar a abertura de

procedimento concursal para recrutamento excecional de 23 assistentes operacionais, ao abrigo do disposto no artigo 66.º da Lei do Orçamento de Estado então em vigor. Este procedimento veio a ser publicitado por aviso publicado em Diário da República a 30 de janeiro de 2014, encontrando-se a decorrer a aplicação dos métodos de seleção. Estabelecia-se naquele artigo 66.º, tal como se estipula no artigo correspondente da Lei do Orçamento de Estado para 2014 (artigo 64.º), que a homologação da lista de classificação final deve ocorrer no prazo de seis meses contados da data da deliberação de autorização, sem prejuízo da respetiva renovação, desde que devidamente fundamentada. Encontram-se reunidos os pressupostos de que a lei faz depender o recrutamento excecional de candidatos não vinculados à administração pública, designadamente: a) Mantém-se a imprescindibilidade do recrutamento para assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público estabelecidas, ponderada a carência dos recursos humanos ao nível de assistentes operacionais, quer no âmbito do Departamento de Obras Municipais, quer no Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente/Divisão de Espaços Verdes, agudizada, aliás, pelas aposentações entretanto verificadas. b) Tem-se registado uma redução significativa dos recursos humanos da autarquia, decorrente, em especial, da concretização, no corrente ano de 2014, das aposentações antecipadas solicitadas em 2012, e que têm atingido especialmente o grupo dos assistentes operacionais. c) Encontram-se cumpridas as medidas de redução de trabalhadores impostas pela Lei do Orçamento de Estado. d) Consultada a entidade gestora do pessoal em requalificação, foi obtida a informação de inexistência de pessoal com o perfil adequado e, aberto o procedimento, não se



registaram candidaturas de trabalhadores com relação jurídica de emprego público previamente constituída. e) O Município de Guimarães tem cumprido integralmente os deveres de informação previstos na Lei das Finanças Locais e na Lei n.º 57/2011. f) Os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos no orçamento da autarquia. O procedimento concursal em causa encontra-se próximo da sua conclusão, estando agendado para os dias 9, 10 e 11 de julho a realização do último método de seleção. Nestes termos, propõe-se seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a renovação da autorização concedida na referida reunião de 21 de novembro de 2013 para o recrutamento excecional de candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de 23 assistentes operacionais para o Departamento de Obras Municipais e para o Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

RECURSOS HUMANOS - PROCEDIMENTO CONCURSAL - ASSISTENTES OPERACIONAIS – Presente a seguinte proposta: “Desde o ano de 2011 tem vindo a registar-se uma redução do número de trabalhadores afetos aos serviços operativos do município. Em 2013, foi aprovada a abertura de procedimento para recrutamento de assistentes operacionais para o Departamento de Obras Municipais/Divisão de Administração Direta e para a Divisão de Espaços Verdes. A mesma necessidade verifica-se também no âmbito da Divisão de Serviços Urbanos, no setor da limpeza, agudizada pela aposentação, já no corrente ano

de 2014, de mais cinco assistentes operacionais. Esta redução de trabalhadores pode conduzir à criação de situações críticas nalguns dos serviços que cabe ao município salvaguardar, designadamente no âmbito da recolha de resíduos, inviabilizando a constituição das equipas necessárias aos circuitos definidos como necessários para o cumprimento das obrigações de serviço público. Torna-se, assim, imprescindível promover o recrutamento de cinco assistentes operacionais para a atividade de limpeza/recolha de resíduos. Nos termos do disposto no artigo 64.º da Lei do Orçamento de Estado para 2014, aprovado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, pode ser autorizada pelo órgão deliberativo, excecionalmente, a abertura de procedimentos concursais destinados a candidatos que não possuam relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida. Ora, tendo em conta os princípios de racionalização, eficiência e economia de custos que devem presidir à atividade municipal, propõe-se que seja desde já autorizado pelo órgão deliberativo esse recrutamento excecional, procedendo-se à abertura de um procedimento único, sem prejuízo de ser garantido o recrutamento de trabalhadores com prévia relação jurídica de emprego público, caso venham a existir, e de serem observadas as prioridades determinadas no artigo 49.º da mesma Lei. Encontram-se reunidos os pressupostos de que a lei, no referido artigo 64.º, faz depender a abertura de procedimento também a candidatos não vinculados, quer em termos de imprescindibilidade do recrutamento para serem asseguradas as obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas, quer de carência de recursos humanos na área mencionada, que acima se salientaram. Tem-se registado uma redução significativa, em termos globais, dos recursos humanos da autarquia, decorrente,



em especial, da concretização, no corrente ano de 2014, das aposentações antecipadas solicitadas em 2012, encontrando-se assegurado o cumprimento da redução de 2% imposta pela mesma Lei do Orçamento do Estado. Por outro lado, o Município de Guimarães tem cumprido integralmente os deveres de informação previstos na Lei das Finanças Locais e na Lei n.º 57/2011. Os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos no orçamento da autarquia e os postos de trabalho indicados estão indicados no Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2014, tendo resultado das aposentações referidas. Nestes termos, propõe-se seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, **a autorização de abertura de procedimento concursal único para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de cinco assistentes operacionais** para o Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

RECURSOS HUMANOS - PROCEDIMENTO DISCIPLINAR Nº 2/2013 – Presente a seguinte proposta da Vereadora Adelina Paula Pinto: “Na sequência da instauração do procedimento disciplinar acima referido por despacho de 4 de dezembro de 2013, a pena disciplinar a aplicar nos termos propostos pelo instrutor do referido processo é a pena de multa, correspondente a duas remunerações base diárias, suspensa da sua execução pelo período de 6 meses. Nos termos do nº 4 do artigo 14º da Lei nº 58/2008, de 9 de setembro, a aplicação das penas disciplinares é da competência do órgão executivo do Município. Pelo que, solicita-se a V. Exa. que submeta a presente proposta à próxima

reunião da câmara municipal.” **DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE APROVAR APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE MULTA EM 2 (DUAS) REMUNERAÇÕES BASE DIÁRIAS SUSPENSÃO DA SUA EXECUÇÃO PELO PERÍODO DE 6 MESES.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE – Presente a seguinte proposta: “Tendo o

Município de Guimarães sido recentemente reeleito para a Vice-Presidência da Direção da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico no quadriénio 2014-2018, proponho a designação do Vereador com competências delegadas na Divisão do Centro Histórico, Dr. José Bastos, para assegurar a representação do Município. A Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (APMCH), entidade sem fins lucrativos, foi constituída em escritura pública em 22 de Julho de 1988, sendo Guimarães membro desde 17 Outubro de 1988. A Associação tem por finalidade geral e exclusiva promover todas as atividades que visem a promoção, reabilitação e revitalização dos centros históricos através de uma estreita colaboração dos municípios portugueses e no diálogo com as instituições nacionais e internacionais do mesmo âmbito, desenvolvendo, em especial, as seguintes atividades: a) a representação e defesa dos municípios e suas populações perante os órgãos de soberania e demais entidades públicas e privadas que visem os mesmos objetivos; b) a promoção da cooperação com entidades e instituições nacionais e internacionais; c) a criação e manutenção de serviços de consultoria e assessoria, organizando um gabinete de apoio, constituído por especialistas, destinado aos seus membros; d) a realização de manifestações culturais, tais como:



Congressos, colóquios, seminários, encontros e conferências; e) a realização de estudos e projetos, tendo em vista, quer a criação de estruturas jurídicas que conduzam à salvaguarda dos centros históricos, quer ao apoio das ações de conservação e valorização dos mesmos; f) a troca de experiências e informações de natureza técnica entre os seus associados; g) a criação de património bibliográfico e arquivístico. Órgãos eleitos para o quadriénio 2014-2018: **Assembleia-Geral** - Presidente - Município de Lamego; Vice-Presidente - Município de Torres Vedras; Secretário - Município de Tomar; Secretário - Município de Belmonte; Secretário - Município de Constância. **Direção** - Presidente - Município de Ponte de Lima; Vice-Presidente - Município de Guimarães; Vice-Presidente - Município de Beja; Vice-Presidente - Município de Lagos; Secretário - Município de Almeida; Tesoureiro - Município de Tarouca; Vogal - Município de Angra do Heroísmo; Vogal - Município de Alpiarça; Vogal - Município de Braga; Vogal - Município de Montemor-o-Velho; Vogal - Município de Viana do Castelo. **Conselho Fiscal** - Presidente - Município de Santarém; Vogal - Município de Bragança; Vogal - Município de Ourém."

DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR, com oito votos a favor e três votos em branco. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - ASSOCIAÇÃO UNIVERSIDADE - EMPRESA PARA O DESENVOLVIMENTO - TECMINHO - DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NOS

ÓRGÃOS SOCIAIS - Presente a seguinte proposta: "A Associação do Municípios do Vale do Ave (AMAVE), associado promotor, juntamente com a Universidade do Minho, da Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento - TECMINHO, informou esta autarquia da necessidade de indicar o representante da Câmara Municipal de Guimarães para vogal da direção daquela

Associação, nos termos previstos no n.º 3 do art.º 22.º dos respetivos estatutos. Para este efeito, ao abrigo do disposto na alínea oo) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho como representante do Município na Direção daquela Associação, Ricardo Jorge Castro Ribeiro Costa, Vereador da Câmara Municipal de Guimarães.” **DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR**, com oito votos a favor e três votos em branco. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - CONSTITUIÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE PSICOLOGIA EM PARCERIA COM A UNIVERSIDADE DO MINHO - ELEMENTOS

COMPLEMENTARES – Presente a seguinte proposta: “Por deliberação da Câmara Municipal de 17 de abril passado, sancionada pela Assembleia Municipal em sua sessão de 29 do mesmo mês de abril, foi aprovada uma proposta de criação de uma associação sem fins lucrativos e de natureza privada, de duração ilimitada, na área da psicologia, em parceria com a Universidade do Minho e o Município de Braga. No âmbito da fiscalização prévia do Tribunal de Contas ao processo de constituição desta Associação, verificou-se a necessidade de dotar aquelas decisões já tomadas da informação exigida pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, designadamente o cumprimento dos requisitos legais estatuídos nos art.ºs 32.º, 53.º e 56.º, da justificação dos fins de relevante interesse público local que a constituição da Associação visa prosseguir, do enquadramento legal da atividade da associação no âmbito das atribuições dos municípios e da demonstração documental de estudos técnicos da viabilidade económico-financeira da Associação. Nestes termos, submete-se à aprovação da Câmara Municipal, para ulterior aprovação da Assembleia Municipal, os fundamentos constantes



da informação técnica anexa (**doc. 1**), e bem assim o respetivo estudo de viabilidade económico-financeira da Associação (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE PONTE – Presente a seguinte proposta: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Ponte, conforme postura em anexo. A sua elaboração tem por objetivo melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária nos arruamentos em causa, tendo merecido a aprovação da Junta.” A planta com a alteração de trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** ----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE CALDELAS - Presente a seguinte proposta: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Caldelas, conforme postura em anexo. A sua elaboração tem por objetivo melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária nos arruamentos em causa, tendo merecido a aprovação da Junta e da Assembleia de Freguesia.” A planta com a alteração de trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE INTERESSE PARA A ECONOMIA DO CONCELHO – O Presidente da Câmara solicitou que este assunto fosse melhor

analisado para posterior clarificação da informação, pelo que a proposta foi retirada da ordem de trabalhos. -----

TURISMO - CONVÉNIO CAMINHO CULTURAL ATLÂNTICO –

Presente a seguinte proposta: “Por proposta do seu Alcalde, Íñigo de la Serna Hernáiz, o Município de Santander convida Guimarães a subscrever o convénio Caminho Cultural Atlântico, uma rota costeira entre o sudoeste da França, norte de Espanha e norte de Portugal, herdeira do histórico Caminho de Santiago, caracterizada por atravessar um território singular e único na Europa: um corredor costeiro que concentra um elevado número de cidades que contam com infraestruturas, património e programações culturais de primeira classe. Esta rota costeira teria uma personalidade própria e contaria com um grande potencial para posicionar-se internacionalmente como um espaço de referência na Europa, vinculado aos itinerários culturais e turísticos. Assim, considerando que: 1. A importante distinção conferida a Guimarães pela UNESCO, em 2001, a par do impacto da Capital Europeia da Cultura, em 2012, conferem à cidade de Guimarães um estatuto distinto no domínio do Turismo Cultural que se consubstancia em reconhecido prestígio internacional. Este capital adquirido deve ser preservado, valorizado e ampliado. 2. O Turismo é de capital importância para o desenvolvimento socioeconómico do país e, no caso concreto, da região de Guimarães. Por ser um fenómeno marcadamente regional, as suas prioridades devem ser definidas de forma muito particular e o seu plano de ação deverá reger-se por lógicas de proximidade que possam aproveitar a partilha de recursos socioeconómicos e patrimoniais e que possam potenciar produtos com elevado poder de atração. A promoção turística ativa, interna e externa, bem como a criação de novos produtos turísticos, são ações que



valorizam as valências endógenas, pelo que devem ser consideradas como ações de capital interesse para o desenvolvimento do território. 3. Guimarães pretende afirmar a Cultura como fator distintivo da construção da cidadania e do desenvolvimento social, pretende incentivar o trabalho em rede das suas instituições culturais e pretende promover a internacionalização dos seus produtos culturais. Verifica-se que os objetivos fixados para o referido Convénio concorrem para a sustentação e desenvolvimento daquelas prerrogativas: 1. Promoção da cultura como património e fonte de riqueza social e económica. 2. Criação de um itinerário singular na Europa (Caminho Cultural Atlântico) entre o sudoeste de França, o norte de Espanha e o norte de Portugal (Bordéus, Baiona, Biarritz, São Sebastião, Bilbao, Santander, Gijón, Oviedo, Avilés, Corunha, Santiago de Compostela, Vigo, Braga, Guimarães e Porto). 3. Promoção conjunta do território do Caminho Cultural Atlântico a nível internacional. 4. Criação da marca CAMINHO CULTURAL ATLÂNTICO. 5. Divulgação do produto turístico através da rede de postos de turismo de todas as cidades, bem como do espaço virtual (site). 6. Coprodução e colaboração em projetos culturais e turísticos conjuntos. 7. Partilha na programação cultural, especialmente a de carácter internacional. 8. Candidatura conjunta a fundos europeus. O referido Convénio já foi subscrito pelos municípios de Bilbao, Santander, Oviedo, Gijón, Avilés, A Coruña e Santiago de Compostela, tendo sido igualmente proposto a Bordeaux, Bayonne, Biarritz, San Sebastian, Bilbao, Vigo, Braga, Guimarães e Porto. Tendo em conta que este convénio não implica obrigações económicas para além das decorrentes das atividades em que as cidades entendam envolver-se, tendo em conta os objetivos programáticos para a Cultura e Turismo do Município e

tendo em conta os objetivos do convénio Caminho Cultural Atlântico, é de todo o interesse para Guimarães a assinatura do mesmo e a sua integração como cidade pertencente à sua Comissão Permanente, pelo que proponho: 1) Ao abrigo da al. ff) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que o Município de Guimarães subscreva o referido Convénio, de acordo com a minuta em anexo; 2) A designação do Vereador com competências delegadas na Cultura e Turismo, Dr. José Bastos, para assegurar a representação do Município no Convénio em apreço.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO POR MAIORIA E ESCRUTÍNIO SECRETO APROVAR O PONTO 2,** com oito votos a favor e três em branco. -----

EDUCAÇÃO – PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º

CEB - ANO LETIVO 2014/2015 – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Educação: “Como é do conhecimento superior, desde a criação do Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico que o Município de Guimarães tem vindo, em articulação com os Agrupamentos de Escolas, a promover o desenvolvimento de atividades nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, assumindo, com a celebração do Contrato de Execução com o Ministério de Educação, competências e atribuições na implementação daquele Programa, nomeadamente ao nível do recrutamento de docentes e técnicos. Nos termos do artigo 12.º, do Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho, que define as



normas a observar na oferta de atividades de enriquecimento curricular, a autarquia, enquanto entidade promotora, deverá estabelecer protocolo com os agrupamentos de escolas onde identifique: as atividades de enriquecimento curricular; a duração semanal; o local ou locais de funcionamento de cada atividade; as responsabilidades e competências de cada uma das partes; o número de alunos em cada atividade; os recursos humanos necessários ao funcionamento das atividades. Perante o exposto, e em face das necessidades de recrutamento de docentes e técnicos apresentadas pelos agrupamentos de escolas, propomos, a fim de ser preparado o processo de candidatura aos apoios financeiros concedidos pelo Ministério da Educação, nos termos do artigo 3º do Anexo àquele Despacho, a celebração de Acordos de Colaboração com os Agrupamentos de Escolas, conforme minuta em anexo. As referidas minutas dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo Pereira que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores da coligação PSD/CDS-PP apresentaram, recentemente, uma proposta de alteração da entidade proponente das atividades de enriquecimento curricular por considerarem que a mesma, ao ser aprovada, daria resposta a um problema que subsiste há vários anos e que, neste ano letivo em particular, assumiu proporções inaceitáveis pelos prejuízos pedagógicos e financeiros que acarretou para os alunos do concelho de Guimarães e para as suas famílias. Em mais que uma ocasião, os vereadores da coligação PSD/CDS manifestaram a sua preocupação com este problema e solicitaram a atenção deste executivo camarário para a necessidade urgente de encontrar uma

solução que, definitivamente, pudesse acabar com a situação de desvantagem em que os nossos alunos, ano após ano, são colocados face aos dos concelhos vizinhos. Em coerência com a posição que reiteradamente temos assumido, não podemos ser favoráveis à Proposta de Celebração de Protocolos com os Agrupamentos de Escolas no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB – Ano letivo 2014/2015, uma vez que a mesma se insere no modelo que a Câmara Municipal de Guimarães, apesar das repetidas evidências de ineficácia, persiste em dar continuidade. No entanto, e uma vez que a proposta que apresentámos foi rejeitada, estamos cientes de que será este o modelo a vigorar no próximo ano letivo, pelo que não podemos manifestarmo-nos contra o estabelecimento de protocolos no âmbito das AEC, uma vez que o mesmo é imprescindível ao funcionamento destas atividades nos moldes em que serão promovidas. Neste enquadramento, e sempre na expectativa do superior interesse dos nossos alunos, abstermo-nos na votação deste ponto da agenda.” -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO JUNHO 2014

– Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 20 de dezembro de 2013 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa. O referido



mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - FÉRIAS DESPORTIVAS DE CRIANÇAS SINALIZADAS PELA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ) EM 2014** – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) identificou 32 crianças carenciadas (melhor identificadas no documento anexo) com necessidade de ocupar parte do seu período de férias letivas em atividades de formação pessoal, social e desportiva, baseadas em conceitos educacionais que auxiliam a desenvolver a organização pessoal. Tal como tem acontecido nos anos anteriores, no caso de as crianças não se encontrarem aos cuidados de uma instituição, a sua participação neste tipo de atividades – concretamente na atividade designada por “Férias Desportivas” - tem vindo a ser assumida financeiramente pelo Município, mediante a atribuição de um subsídio, de acordo com o protocolo de cooperação celebrado em 10 de janeiro de 2001, entre a Segurança Social, o Ministério da Justiça e a Associação Nacional de Municípios e na adenda a este Protocolo, celebrada entre o Instituto da Segurança Social e o Município de Guimarães, em 16 de setembro de 2003 e desde que enquadrável no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Por outro lado, atendendo a que se tendo vindo a constatar em anos anteriores que as crianças, provenientes de agregados familiares com carência económica, não têm capacidade de suportar as despesas de transporte para se deslocarem a esta atividade, disso dependendo a sua efetiva participação, e podendo ser concedido a estes jovens um apoio financeiro ao abrigo da alínea v) do nº 1 do

artigo 33º do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que confere às câmaras municipais competências para participar na prestação de serviços a pessoas em situação de vulnerabilidade nas condições constantes de regulamento municipal, propõe-se, ao abrigo do art.º 30 do aludido Regulamento: - a concessão de um apoio convertido em férias desportivas, com a duração de duas semanas, cujo valor total se estima em €1.120,00 (mil cento e vinte euros), pela rubrica 2.3.2.0901 – Apoio a pessoas de estratos sociais desfavorecidos; - a concessão de um apoio convertido em transporte àquelas 32 crianças, cujo valor total da quinzena se estima em €1.408,00 (mil quatrocentos e oito euros) pela rubrica 2.3.2.0901 – Apoio a pessoas de estratos sociais desfavorecidos - de modo a que aquelas 32 crianças possam usufruir de uma ocupação desportiva pelo período de duas semanas.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – CASA DO POVO DE FERMENTÕES -
ALTERAÇÃO DO OBJETO DO SUBSÍDIO ATRIBUÍDO EM 2014**

- 1º ADITAMENTO – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Em reunião de Câmara de 20 de março de 2014 foi deliberado aprovar o apoio a 41 Instituições de solidariedade social, entre as quais a Casa do Povo de Fermentões, este último com um subsídio de €18.000,00 (dezoito mil euros) para o apoio à aquisição de uma viatura, bem como para despesas de manutenção. Na sequência desta deliberação, foi celebrado, em 14 de Maio de 2014, um protocolo com a Casa do Povo de Fermentões, nos termos e em conformidade com o Regulamento nº 607/2010 de 15 de Julho. Contudo, no passado dia 17 de junho, a Direção desta instituição, solicitou à Câmara Municipal a alteração do objeto deste subsídio de modo a que o subsídio atribuído pudesse ser aplicado apenas para a despesa corrente



associadas às atividades da associação. Considerando que foi emitida a declaração de cabimento nº 1582/2014 relativa ao valor total dos subsídios e que foi fundamentado e emitido o compromisso relativo à atribuição de subsídios às instituições a que reporta a deliberação de 20 de março e na qual esta instituição se inclui, propõe-se, ao abrigo do artigo 19º do regulamento 607/2010, a aprovação do pedido de alteração do objeto do subsídio, anexando um aditamento ao atual Protocolo, onde conste: –A alteração da Cláusula 1ª – Objeto, nos seguintes termos: O presente Protocolo tem por objeto (...), a despesa corrente associada às atividades da associação. –A alteração da Cláusula 2ª – Período de vigência do Protocolo, nos seguintes termos: Sem prejuízo do disposto na cláusula 6ª, o período de vigência deste Protocolo mantém-se de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.” O Protocolo em vigor, bem como o aditamento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – CENTRO SOCIAL DE GUARDIZELA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – O Presidente da Câmara solicitou que este assunto fosse retirado da ordem de trabalhos para posterior clarificação da informação, pelo que a proposta foi retirada. -----

CULTURA - CONTEXTILE 2014 – PRÉMIO DE AQUISIÇÃO – Presente a seguinte proposta do Vereador José Bastos: “263 artistas de 34 países apresentaram a concurso cerca de 500 trabalhos para a exposição internacional competitiva da CONTEXTILE 2014 – Bienal de Arte Têxtil Contemporânea, que terá lugar em Guimarães de julho a outubro próximo. O júri da CONTEXTILE 2014, constituído por Virginija Vitikienė (crítica de

arte e diretora da Kaunas Biennial, Lituânia), Lala de Dios (artista têxtil e diretora da Actm, Espanha), Paulo Leocádio (artista plástico e diretor da ESAP-Guimarães), Pedro Loureiro (diretor da Galeria Trema – Arte Contemporânea, Lisboa) e Cláudia Melo (artista plástica, direção artística Contextile 2014), reuniu-se nos dias 22 e 23 de Fevereiro na Plataforma das Artes e Criatividade (PAC) em Guimarães e selecionou 55 obras de 51 artistas de várias partes do globo — desde Portugal, passando pela América do Norte, América do Sul, Taiwan, Arménia ou Noruega. Para a seleção dos trabalhos foram tidos em conta os critérios base do regulamento, como elevada criatividade, originalidade e competência técnica em torno do elemento têxtil, quer pela construção, quer pelo tema/conceito ou pelo material utilizado, estando previstos pelo Regulamento a atribuição do Prémio de Aquisição, no valor de €3.000,00 e de menções honrosas. Atendendo ao impacto da realização desta exposição competitiva em Guimarães, ao prestígio que a organização já atingiu e à qualidade das obras selecionadas, proponho que a Câmara Municipal de Guimarães assegure o Prémio Aquisição, no montante de €3.000,00, mediante o qual a Câmara Municipal ficará na posse da obra que o alcançar, transferindo aquele montante para a entidade organizadora da Contextile 2014 – Ideias Emergentes, CRL. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - CAMINHO DE SANTIAGO - APOIO À ASSOCIAÇÃO ESPAÇO JACOBUS – Presente a seguinte proposta do Vereador José Bastos: “A **Associação Espaço Jacobus – Confraria de Santiago** (adiante designada, abreviadamente, por AEJ) é uma Associação Católica Portuguesa Privada de Fieis, com sede em Braga, de âmbito nacional, constituída por Peregrinos e Amigos do Caminho de Santiago. A



AEJ centra a sua atividade, desde 2004, na **Informação e Preparação de Peregrinos** que pretendam peregrinar a Santiago de Compostela, especialmente percorrendo o Caminho Português de Santiago. A AEJ é constituída, hoje, por cerca de quatro centenas de associados, residentes em todo território nacional, com Delegações nos Acores (Ponta Delgada), Amarante, Barcelos, Braga, Guimarães, Oliveira de Azeméis, Porto, Vila do Conde e Vila Verde. Apesar de ser uma Associação Católica, a AEJ preserva, na sua essência, o espírito ecuménico de aceitação de todas as pessoas, de todas as raças e credos, congregando nas atividades pessoas de diferentes fés e fundamentações humanísticas. A delegação de Guimarães da Associação Espaço Jacobeus, em consonância com esta, e com o apoio do arciprestado Guimarães/Vizela e das diversas freguesias de Guimarães (União freguesias Oliveira Castelo, S. Sebastião e S. Paio; Azurém, Fermentões, Ponte, Caldelas, Sande S. Martinho, Sande S. Lourenço e Longos), tem previsto um evento designado "Guimarães nos caminhos de Santiago 2014". O evento traduz-se numa peregrinação, comportando várias etapas, distribuídas por vários dias, por diferentes cidades até ao destino final - Santiago de Compostela. O início desta importante peregrinação foi agendado para o dia 26 de julho na cidade de Guimarães. Dada a sua privilegiada localização, Guimarães é por muitos peregrinos um ponto de início no Caminho Torres, distando, a pé, cerca de 100 km de Santiago de Compostela. O culto a Santiago tem uma expressão forte na nossa cidade, estando presente por todo o Concelho e, em particular, no centro histórico onde se pode encontrar referência a uma capela, na praça de S. Tiago, dedicada ao apóstolo, que existiu desde o séc. XII a XIX. Igualmente a Igreja da Nossa Senhora da Oliveira tem sido, maioritariamente, o

local escolhido para ponto de partida do itinerário dos peregrinos. Ao longo dos séculos, Guimarães foi cimentando a sua presença no Caminho de Santiago, não só pelas questões associadas ao culto, mas também pela dinâmica que acrescenta à cidade. Nesse sentido e pelo inequívoco interesse social, turístico e económico de que se reveste o evento, pela promoção e dinamização dos Caminhos de Santiago por Guimarães, e pela promoção da cidade que encerra, remeto para aprovação os apoios abaixo indicados: 1. Disponibilização de um autocarro na Falperra, a partir das 16h00 do dia 26 de julho, para transporte dos peregrinos que terminam aí a sua caminhada; 2. Disponibilização de um autocarro, em Ponte de Lima, às 17h00 do dia 27 de Julho, para o transporte de retorno a Guimarães dos peregrinos que, nesse dia, peregrinam de Braga a Ponte de Lima; 3. Autorização para pagamento das horas extraordinárias do motorista no dia 27 de Julho; 4. Disponibilização de 3 quartos para palestrantes na Pousada da Juventude, ao abrigo do Protocolo existente com o Instituto Português dos Desportos e Juventude, para a noite de 25 para 26 julho.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. - CULTURA - DELEGAÇÃO DE IGUALADA - CEDÊNCIA DE TRANSPORTE** – Presente a seguinte proposta: “A Academia de Música e Bailado de Guimarães solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para os dias 4 e 7 Julho, a fim de efetuar o transporte da delegação de Igualada do Aeroporto Sá Carneiro quem vêm participar no Espetáculo no Centro Cultural Vila Flor. Assim, considerando que se trata de um programa que visa um conjunto de atividades lúdicas e culturais, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 27 de Junho de 2014, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara



Municipal a atribuição deste tipo de apoios remete-se o referido pedido para ratificação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - SOCIEDADE MARTINS SARMENTO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS – Presente a seguinte proposta:

“Solicita a Sociedade Martins Sarmiento o reforço do subsídio anual de €50.000,00 atribuído no corrente ano, como forma de acorrer a necessidades prementes de tesouraria e de consolidar o esforço de equilíbrio orçamental que os seus atuais responsáveis estão a encetar. Assim, em reconhecimento do inequívoco interesse público e cultural da atividade desenvolvida pela Sociedade Martins Sarmiento e dos relevantes serviços que presta através da manutenção e dinamização de equipamentos fundamentais para a oferta turística e cultural no Concelho como o seu Museu Arqueológico, o Museu de Cultura Castreja ou a Citânia de Briteiros, proponho, ao abrigo do nº 6 do art.º 2º do Regulamento nº 606/2010 a atribuição, a título excecional, à Sociedade Martins Sarmiento, de um subsídio de €20.000,00 (vinte mil euros).”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido uma vez que pertence aos órgãos sociais da Associação. -----

DESPORTO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CLUBE DESPORTIVO DE PONTE – Presente a seguinte proposta:

“Ao longo dos anos, o Clube Desportivo de Ponte vem dotando o seu complexo desportivo nas valências necessárias para a prática desportiva. Este processo evolutivo esteve parado durante algum tempo, pelo que urge concluir as tão almejadas obras. Este clube desportivo há já muitos tempo que aposta na formação, sendo um dos seus principais pilares desportivos, estando presente nas mais

diversas competições, movimentando mais de duzentos jovens atletas. Assim, reconhecendo-se o relevante papel desempenhado por esta Associação Desportiva no desenvolvimento das atividades desportivas ao longo destes últimos anos, bem como o apoio dedicado às crianças e jovens da freguesia, muitas vezes condicionada pela cada vez mais difícil angariação de apoios financeiros, considera-se necessário e importante que as instalações e equipamentos desportivos utilizados, neste caso do Clube Desportivo de Ponte, estejam devidamente licenciadas e aptas a assegurar a sua utilização. Atentos a essa necessidade, pretendem os responsáveis da instituição proceder à regularização de um conjunto de obras, tendo para o efeito instruído e apresentado junto dos nossos serviços o competente processo, o qual se encontra aprovado e em condições de ser levantada a respetiva licença. No âmbito do processo de licenciamento nº 1201/11 e para efeitos de emissão do Alvará de Licença de Construção, o Clube Desportivo de Ponte tem agora que proceder ao pagamento das respetivas taxas, no valor de €15.561,02, valor que, face à média das receitas que habitualmente angariam e das despesas que habitualmente têm de suportar, não tem condições de pagar. Assim, em reconhecimento do relevante interesse público da atividade que o Clube Desportivo de Ponte prossegue e desenvolve, de balde a enorme dificuldade sentida nos últimos tempos para concluir o seu complexo desportivo, propõe-se, ao abrigo da do nº 6 do artigo 2º do REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS DE GUIMARÃES, a atribuição de um apoio de €15.561,02 (quinze mil quinhentos e sessenta e um euros e dois cêntimos) destinado a suportar, a título excecional, o pagamento das respetivas taxas devidas pela emissão do alvará de construção, e assim poderem dar



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 14 - Fls. _____
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10 DE JULHO DE 2014

continuidade ao projeto de beneficiação e requalificação das instalações desportivas.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E QUARENTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----